

Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes

4.º trimestre 2017



BANCO DE
PORTUGAL
FERROSSIMA

Lisboa, 2018 • www.bportugal.pt

Redigido com informação disponível até 20 de março de 2018.

Refira-se, adicionalmente, que os indicadores macroeconómicos e a informação relativa ao sistema bancário têm periodicidade trimestral, sendo apresentados até ao último trimestre completo disponível, enquanto os indicadores relativos aos mercados financeiros, cuja frequência é diária, são apresentados até ao último dia de informação disponível.

Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes • Banco de Portugal Rua Castilho, 24 | 1250-069 Lisboa • www.bportugal.pt • Edição Departamento de Estabilidade Financeira • Design Departamento de Comunicação e Museu | Unidade de Design • ISSN 2183-9646 (*online*)

Índice

- 1 Sistema bancário português – Avaliação global | **3**
- 2 Indicadores macroeconómicos e financeiros | **4**
- 3 Sistema bancário português | **6**
 - 3.1 Balanço | **6**
 - 3.2 Liquidez e financiamento | **7**
 - 3.3 Qualidade dos ativos | **9**
 - 3.4 Rendibilidade | **10**
 - 3.5 Solvabilidade | **12**

1 Sistema bancário português

– Avaliação global

Balanço

No quarto trimestre de 2017, o ativo total do sistema bancário diminuiu. Esta evolução teve inerente um decréscimo de várias rubricas, destacando-se os títulos de dívida, e o aumento das disponibilidades em bancos centrais. Os empréstimos a clientes (líquidos de imparidades) permaneceram virtualmente inalterados, apesar da evolução diferenciada das suas componentes.

Liquidez e financiamento

A trajetória de redução do financiamento junto de bancos centrais acentuou-se no último trimestre de 2017, face aos anteriores, registando o valor mais baixo desde o primeiro trimestre de 2010.

Os indicadores de liquidez mantiveram-se em níveis elevados, tendo, em geral, melhorado.

Qualidade dos ativos

No quarto trimestre de 2017, a qualidade dos ativos do sistema bancário evoluiu favoravelmente, registando-se uma diminuição do rácio dos empréstimos *non-performing* (NPL). Esta dinâmica continuou a refletir a redução do numerador (*stock* de NPL), em especial no segmento das sociedades não financeiras. Adicionalmente, verificou-se um aumento do rácio de cobertura de NPL.

Rendibilidade

A rendibilidade do sistema bancário em 2017 foi positiva, contrastando com o valor negativo registado em 2016.

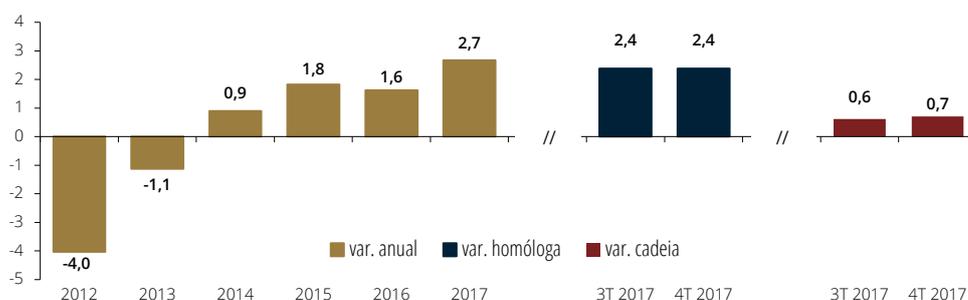
Face a 2016, a evolução da rendibilidade no ano traduz uma redução expressiva do fluxo de imparidades, em especial no último trimestre.

Solvabilidade

Os rácios de fundos próprios do sistema bancário aumentaram no quarto trimestre de 2017, em resultado do incremento dos capitais próprios.

2 Indicadores macroeconómicos e financeiros

Gráfico 2.1 • Taxas de crescimento do PIB, em % | Volume

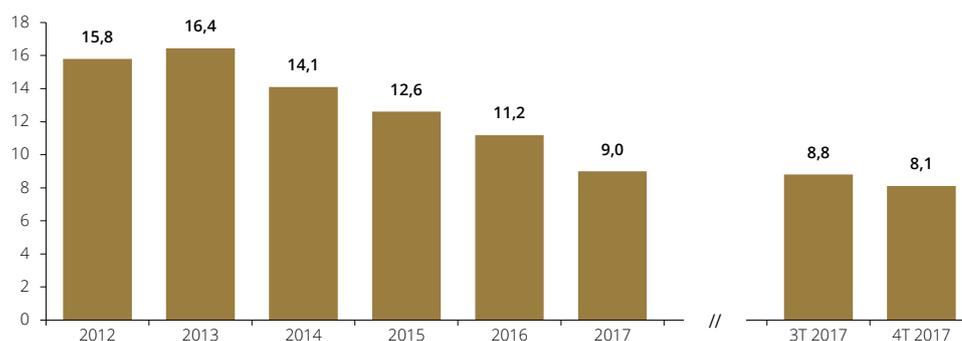


Fonte: INE.

Nota: As estatísticas das contas nacionais apresentadas incorporam as regras emanadas do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010).

- Em 2017, a taxa anual de crescimento do PIB cifrou-se em 2,7%, 1,1 p.p. acima da verificada em 2016.
- No 4.º trimestre de 2017, a taxa de variação homóloga foi de 2,4%, idêntica à do trimestre anterior. O crescimento do PIB em cadeia situou-se em 0,7%, verificando-se uma ligeira aceleração face ao 3.º trimestre de 2017 (0,6%).

Gráfico 2.2 • Taxa de desemprego, em % da população ativa

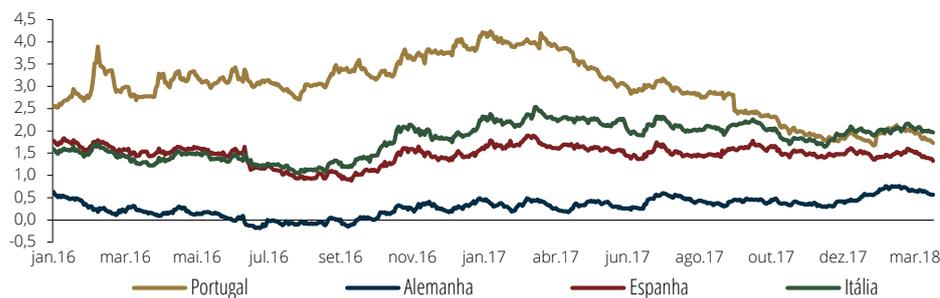


Fontes: Banco de Portugal e INE.

Nota: A taxa de desemprego corresponde à taxa de desemprego publicada pelo INE no mês central de cada trimestre, ajustada de sazonalidade.

- A taxa de desemprego situou-se em 8,1% no quarto trimestre de 2017, apresentando uma redução de 0,7 p.p. relativamente ao trimestre anterior.
- Em 2017, a taxa de desemprego fixou-se em 9,0%, uma diminuição de 2,2 p.p. face a 2016.

Gráfico 2.3 • Taxas de rendibilidade da dívida pública a 10 anos, em %

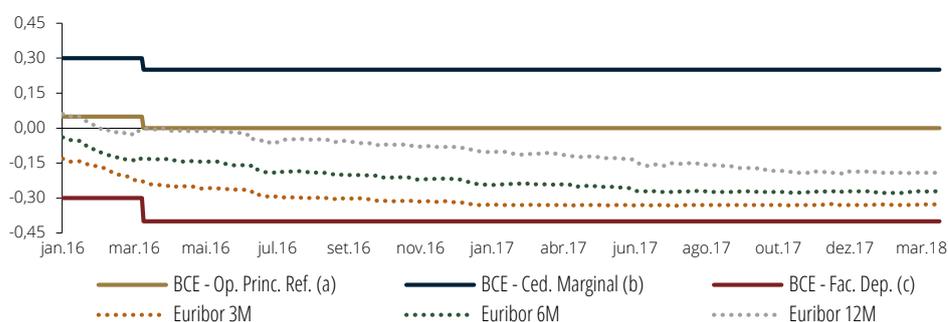


Fonte: Thomson Reuters.

Notas: A última observação data de 19 de março de 2018. Dados diários.

- A taxa de rendibilidade implícita (*yield*) da dívida pública portuguesa a 10 anos decresceu 42 pontos base entre 29 de setembro de 2017 e 29 de dezembro de 2017. O *spread* face à dívida pública alemã diminuiu 45 pontos base no mesmo período.
- Esta trajetória de redução manteve-se no início de 2018, tendo a *yield* da dívida pública portuguesa estabilizado abaixo de 2%. Para esta evolução deverá ter contribuído a divulgação de dados macroeconómicos e da execução orçamental positivos.

Gráfico 2.4 • Taxas de juro da área do euro, em %



Fonte: BCE e Thomson Reuters.

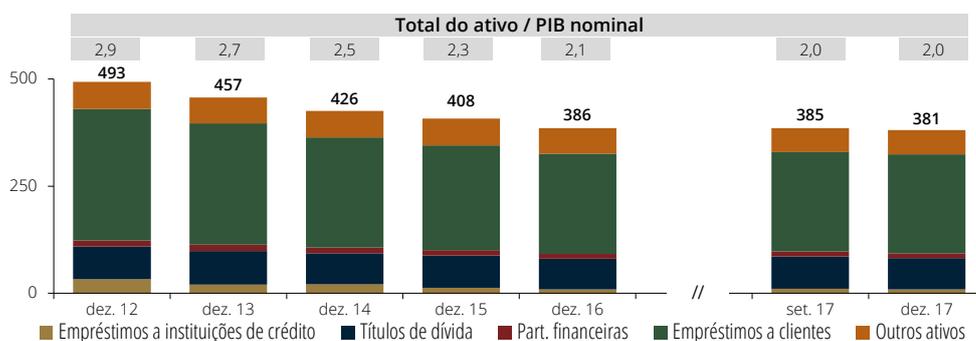
Notas: A última observação data de 19 de março de 2018. Dados diários. (a) Corresponde à taxa de juro oficial do Eurosistema para a facilidade permanente de depósito. (b) Corresponde à taxa de juro oficial do Eurosistema para as operações principais de refinanciamento. (c) Corresponde à taxa de juro oficial do Eurosistema para a facilidade permanente de cedência marginal.

- As taxas de juro do BCE permanecem inalteradas desde março de 2016: a taxa de facilidade permanente de depósitos em -0,40%, a taxa das operações principais de refinanciamento em 0% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,25%.
- Em 2017, as taxas de juro interbancárias da área do euro (EURIBOR) continuaram em níveis negativos, refletindo condições de financiamento favoráveis do sistema bancário no âmbito da política monetária acomodatória do BCE.

3 Sistema bancário português

3.1 Balanço

Gráfico 3.1 • Estrutura do ativo, em mM€

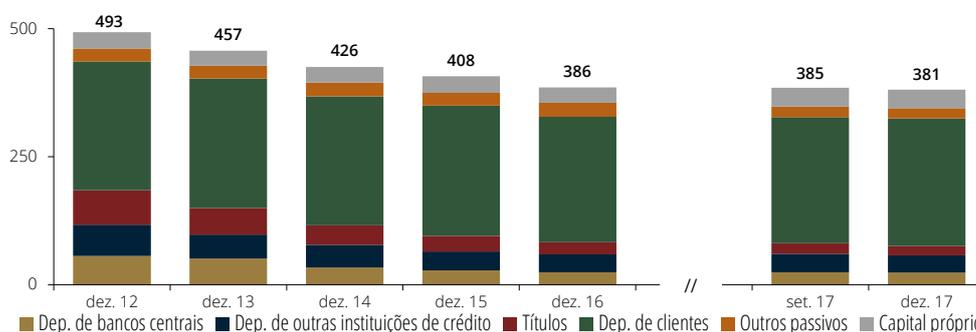


Fonte: Banco de Portugal.

Nota: A rubrica Outros ativos inclui caixa e disponibilidades/aplicações em bancos centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito, derivados, ativos tangíveis e intangíveis, e outros ativos.

- No quarto trimestre de 2017, o ativo do sistema bancário retomou a trajetória de decréscimo, tendo diminuído 1,1%, para 381 mM€.
- A evolução do ativo no trimestre refletiu a diminuição de várias rubricas, sendo de destacar a redução da exposição a títulos de dívida pública portuguesa e o decréscimo dos empréstimos a instituições de crédito. Esta dinâmica foi parcialmente compensada por um aumento significativo das disponibilidades em bancos centrais. Refira-se, ainda, que os empréstimos a clientes (líquidos de imparidades) permaneceram virtualmente inalterados, apesar da evolução diferenciada das suas componentes.

Gráfico 3.2 • Estrutura do passivo e capital próprio, em mM€



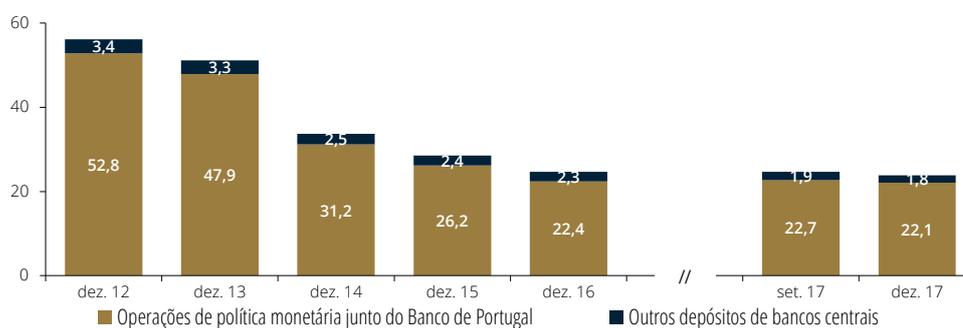
Fonte: Banco de Portugal.

Nota: A rubrica Outros passivos inclui derivados, passivos a descoberto e outros passivos.

- No quarto trimestre de 2017 verificou-se uma diminuição dos depósitos de outras instituições de crédito (originando uma redução do financiamento interbancário líquido), das responsabilidades representadas por títulos e dos depósitos de bancos centrais.
- Por sua vez, os depósitos de clientes aumentaram de forma expressiva, refletindo o crescimento dos depósitos das sociedades não financeiras e dos particulares, que mais do que compensou o decréscimo observado nos depósitos das administrações públicas.

3.2 Liquidez e financiamento

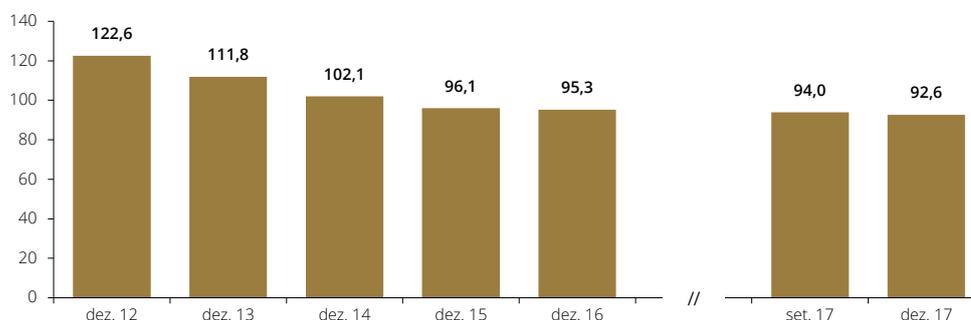
Gráfico 3.3 • Financiamento de bancos centrais, em mM€



Fonte: Banco de Portugal.

- O financiamento obtido junto de bancos centrais voltou a diminuir no quarto trimestre de 2017, à semelhança dos dois trimestres anteriores, embora de forma mais acentuada (-3,3%), atingindo o valor mais baixo desde o primeiro trimestre de 2010.
- As Operações de refinanciamento de prazo alargado (LTRO) têm vindo a ganhar preponderância relativamente às Operações principais de refinanciamento (MRO) – já muito residuais – e aos outros recursos provenientes de bancos centrais.

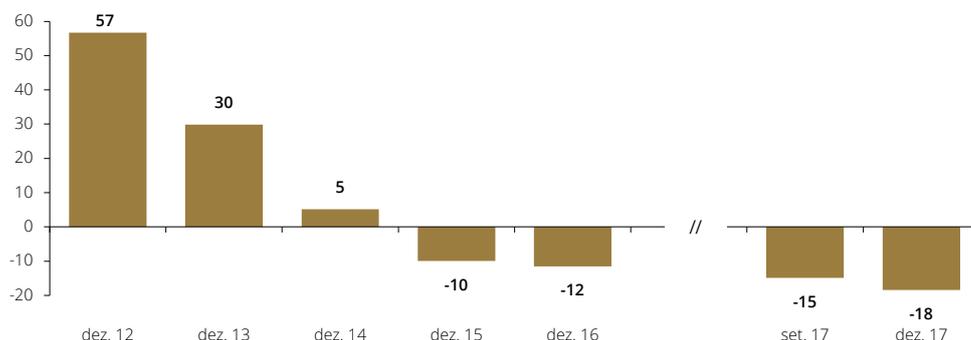
Gráfico 3.4 • Rácio entre empréstimos e depósitos, em %



Fonte: Banco de Portugal.

- O rácio entre empréstimos e depósitos de clientes diminuiu ligeiramente no quarto trimestre de 2017, refletindo, sobretudo, o aumento dos depósitos.

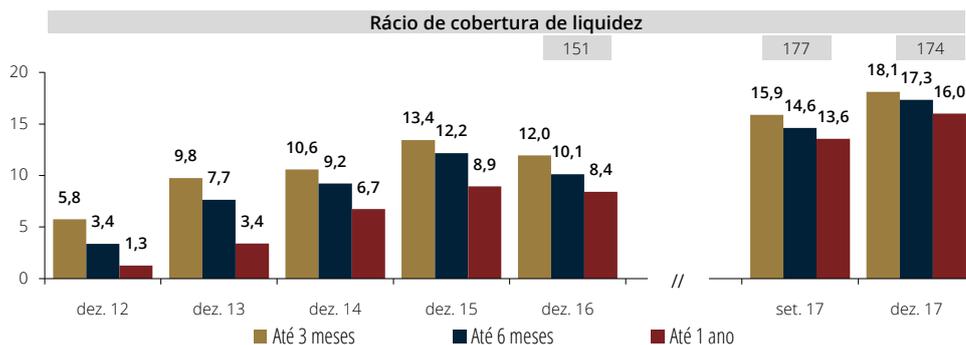
Gráfico 3.5 • Gap comercial, em mM€



Fonte: Banco de Portugal.

- O *gap* comercial (empréstimos subtraídos de depósitos de clientes) tornou-se mais negativo, em 3 mM€, no quarto trimestre de 2017.

Gráfico 3.6 • Gaps de liquidez das instituições domésticas^(a) e rácio de cobertura de liquidez (RCL)^(b), em %



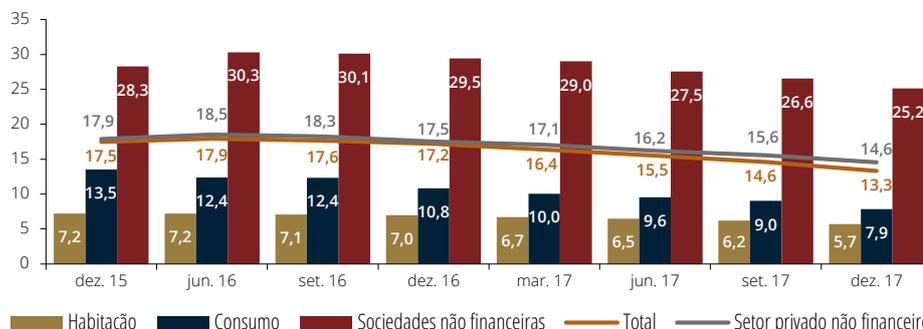
Fonte: Banco de Portugal.

Notas: a) O *gap* de liquidez define-se como a diferença entre ativos líquidos e passivos voláteis em proporção da diferença entre ativo total e ativos líquidos, em cada escala cumulativa de maturidade residual. Um aumento neste indicador traduz uma melhoria da posição de liquidez. b) O rácio de cobertura de liquidez (*liquidity coverage ratio*) resulta da divisão entre os ativos líquidos não onerados e de qualidade elevada, e o total de saídas líquidas de fundos durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

- A liquidez do sistema bancário manteve-se em níveis confortáveis. Embora o rácio de cobertura de liquidez tenha diminuído ligeiramente no último trimestre de 2017, situou-se em níveis mais elevados do que no final de 2016, e muito acima do mínimo regulamentar de 100%, exigido a partir de 1 de janeiro de 2018.
- Os *gaps* de liquidez das instituições domésticas aumentaram em todos os intervalos de maturidade. Nas maturidades mais curtas, esta dinâmica refletiu principalmente a evolução positiva das disponibilidades em bancos centrais, que mais do que compensou o aumento dos passivos voláteis. Nas restantes maturidades (até 6 meses e até 1 ano), tanto o incremento nos ativos líquidos como a redução dos passivos voláteis contribuíram para o aumento deste indicador.

3.3 Qualidade dos ativos

Gráfico 3.7 • Rácio de empréstimos *non-performing*, em %

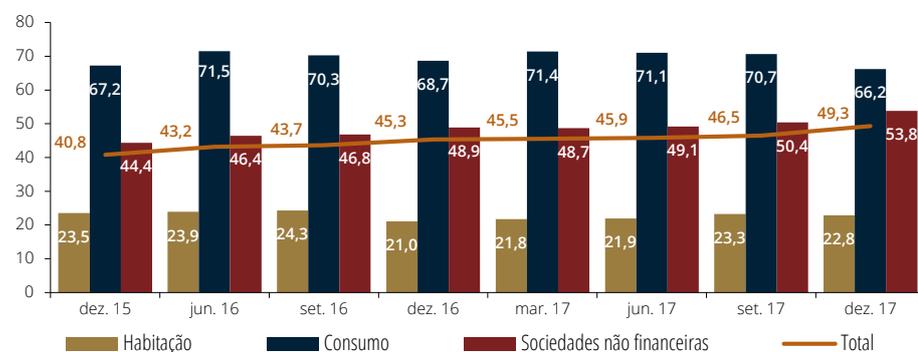


Fonte: Banco de Portugal.

Notas: O rácio de empréstimos *non-performing* corresponde ao montante de empréstimos *non-performing* em relação ao total de empréstimos, de acordo com os ITS da EBA. O setor privado não financeiro corresponde ao agregado das sociedades não financeiras e particulares.

- O *stock* de empréstimos *non-performing* (NPL) continuou a diminuir no quarto trimestre de 2017. Esta queda, de 2,9mM€, configura a maior redução trimestral desde o início da publicação da série com base nos ITS da EBA (dezembro de 2015). O *stock* de NPL reduziu-se 9,3mM€ face a dezembro de 2016 e 13,5 mM€ em relação ao máximo atingido em junho de 2016.
- O rácio de NPL diminuiu 1,3 p.p. no trimestre, passando a situar-se em 13,3%, o que configura um redução de 3,9 p.p. relativamente ao final de 2016 e de 4,6 p.p. face a junho de 2016. Por sua vez, o rácio de NPL do setor privado não financeiro diminuiu 1 p.p. face a setembro de 2017.
- Apesar do contributo favorável de todos os setores, a evolução observada no trimestre reflete, principalmente, a redução de 1,6 mM€ do *stock* de NPL das sociedades não financeiras. Este decresceu 5,9 mM€ e 8,9 mM€ face a dezembro e junho de 2016, respetivamente.

Gráfico 3.8 • Rácio de cobertura dos empréstimos *non-performing*, em %



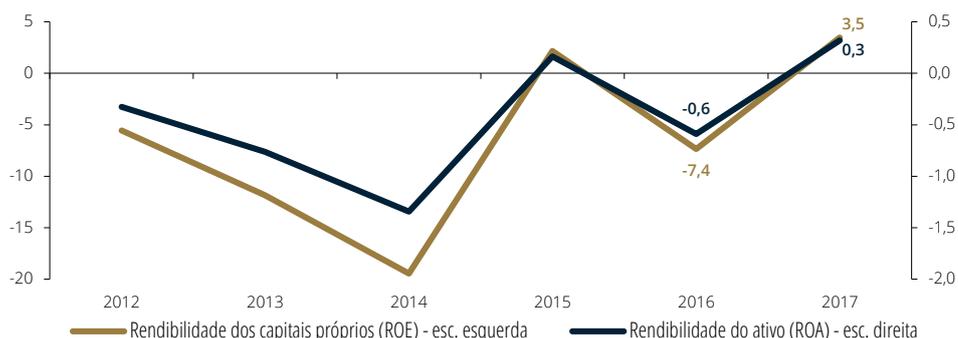
Fonte: Banco de Portugal.

Nota: Por rácio de cobertura entende-se a percentagem de empréstimos *non-performing* que se encontra coberto por imparidades.

- Em dezembro 2017, o rácio de cobertura de NPL por imparidades era de 49,3%, aumentando 2,8 p.p. face ao trimestre anterior. Esta evolução ficou a dever-se a um acréscimo de 3,4 p.p. do rácio de cobertura do segmento das sociedades não financeiras. Por sua vez, o rácio de cobertura de NPL do setor privado não financeiro aumentou 2,4 p.p. face a setembro de 2017.

3.4 Rendibilidade

Gráfico 3.9 • ROE e ROA, em %

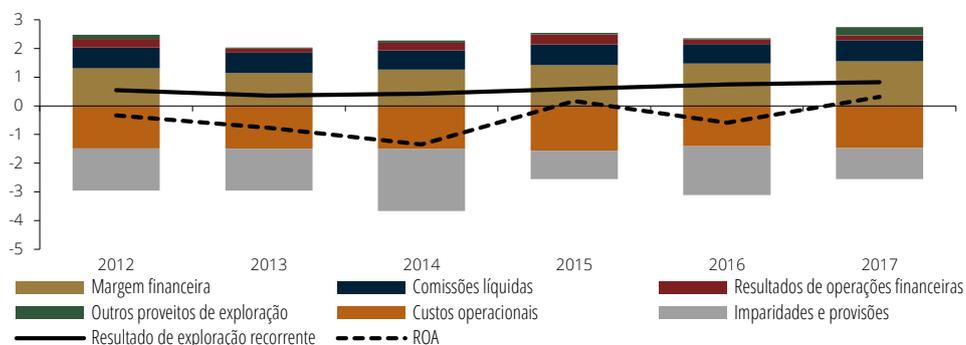


Fonte: Banco de Portugal.

Nota: No cálculo da rendibilidade são considerados os resultados antes de impostos.

- A rendibilidade dos capitais próprios e do ativo foi positiva em 2017, contrastando com o valor negativo registado em 2016. A rendibilidade dos capitais próprios aumentou 10,8 p.p., enquanto a rendibilidade do ativo cresceu 0,9 p.p.
- O aumento da rendibilidade em 2017 reflete, sobretudo, uma redução expressiva do fluxo de imparidades, devido ao efeito de base que decorre do reforço significativo das imparidades para crédito no final de 2016, e ainda um aumento do produto bancário (suportado em grande medida pelo acionamento do mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados no âmbito da venda do Novo Banco).

Gráfico 3.10 • Custos e proveitos, em % do ativo médio

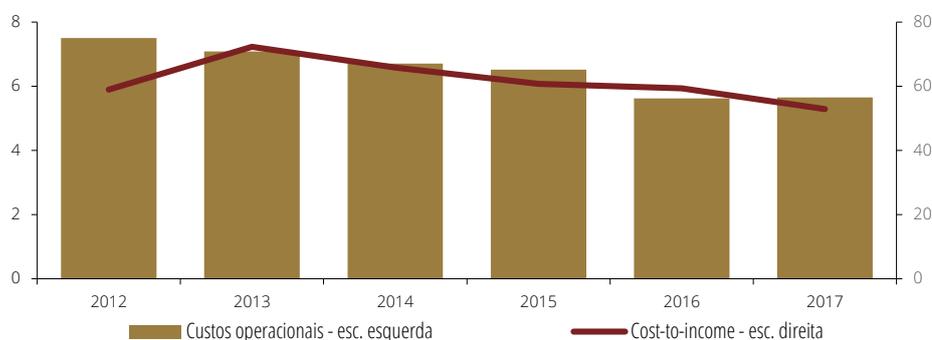


Fonte: Banco de Portugal.

Nota: O resultado de exploração recorrente corresponde ao agregado da margem financeira e das comissões (líquidas) deduzido dos custos operacionais, em percentagem do ativo médio.

- Em 2017, o contributo da margem financeira para o ROA aumentou ligeiramente face ao ano anterior devido não apenas a uma redução dos encargos com juros superior à verificada nos juros recebidos mas, principalmente, devido à redução do ativo face a 2016 (efeito denominador).
- O contributo dos outros proveitos de exploração para o ROA aumentou em 2017, em larga medida na sequência do acionamento do mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados no âmbito da venda do Novo Banco.
- Os custos operacionais mantiveram-se praticamente inalterados face a 2016, sendo de notar, todavia, um aumento dos custos com pessoal e uma diminuição dos gastos gerais e administrativos da mesma ordem de grandeza.

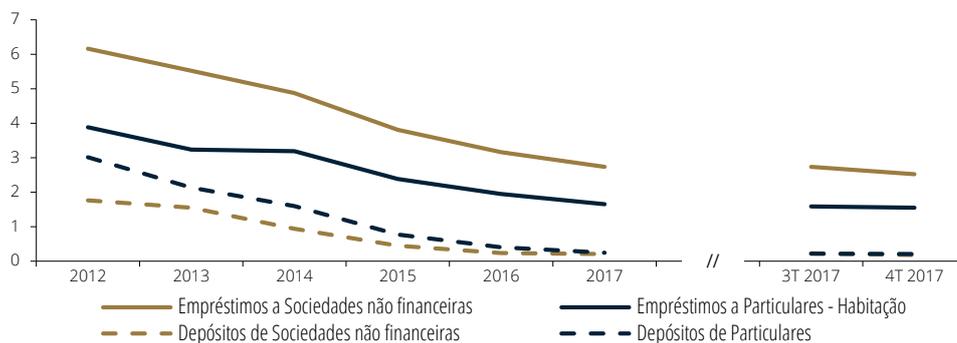
Gráfico 3.11 • Custos operacionais e rácios cost-to-income, em mM€ e em %



Fonte: Banco de Portugal.

- O rácio *cost-to-income* cifrou-se em 52,9% no final de 2017, reduzindo-se cerca de 6 p.p. face ao valor observado em 2016. Dada a relativa estabilização dos custos operacionais, esta evolução traduz, sobretudo, o aumento do produto bancário (que reflete o aumento dos outros proveitos de exploração).
- Em 2017, os custos com pessoal continuaram a ser negativamente afetados por fatores de natureza não recorrente relacionados com os processos de reestruturação levados a cabo por algumas das principais instituições. A rentabilidade no ano foi ainda condicionada pelo já referido acionamento do mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados no âmbito da venda do Novo Banco, com impacto nos outros proveitos de exploração (e, por conseguinte, no produto bancário). Expurgando estes efeitos não recorrentes, estima-se que o *cost-to-income* seria de 54,4%.

Gráfico 3.12 • Taxas de juro bancárias de novas operações, em % | Valor médio do período

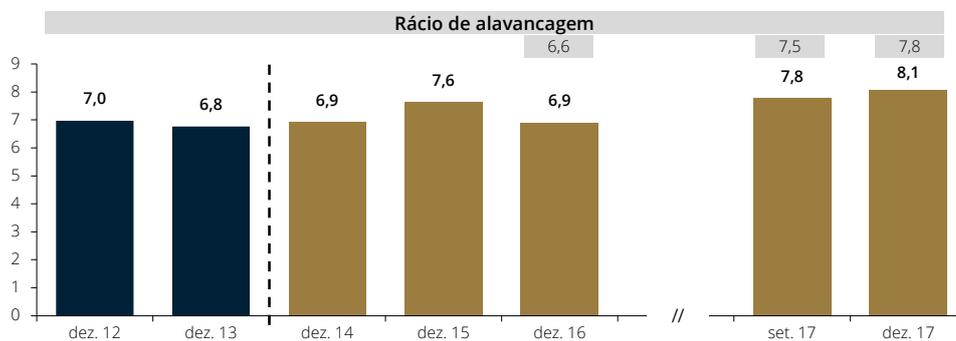


Fonte: Banco de Portugal.

- As taxas de juro de novos empréstimos a Sociedades não financeiras e a Particulares – Habitação diminuíram (22 pontos base e 4 pontos base, respetivamente) no quarto trimestre de 2017.
- As taxas de juro dos novos depósitos reduziram-se em ambos os segmentos (decréscimo de 4 pontos base nos depósitos a Sociedades não financeiras e 2 pontos base nos Particulares).

3.5 Solvabilidade^(a)

Gráfico 3.13 • Rácio entre o capital Tier 1 e o ativo total e rácio de alavancagem, em %



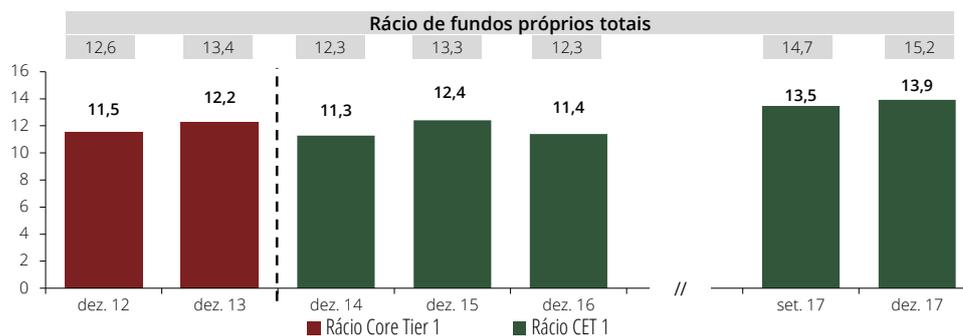
Fonte: Banco de Portugal.

Notas: O rácio entre o capital Tier 1 e o ativo total deve ser visto como uma *proxy* do rácio de alavancagem permitindo um enquadramento temporal mais longo. Por sua vez, o rácio de alavancagem é calculado através da divisão entre os fundos próprios e a exposição total do sistema bancário. A metodologia estabelecida para o cálculo das componentes deste rácio encontra-se definida no artigo 429.º do Regulamento (UE) nº 575/2013.

- O rácio de alavancagem aumentou 0,3 p.p. face ao trimestre anterior, passando a situar-se em 7,8%, muito acima do mínimo de referência definido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, refletindo, essencialmente, o incremento de capital no sistema bancário. Na mesma linha, o rácio entre o capital Tier 1 e o ativo total aumentou 0,3 p.p., para 8,1%.

(a) A transição para um novo regime prudencial em 2014 determinou quebras de estrutura dos indicadores de solvabilidade, justificadas por diferenças metodológicas no cálculo das componentes de fundos próprios, afetando a comparabilidade dos rácios relativamente a anos anteriores.

Gráfico 3.14 • Rádios de fundos próprios, em %



Fonte: Banco de Portugal.

- O rácio de fundos próprios totais situou-se em 15,2% em dezembro de 2017, tendo aumentado 0,5 p.p. face a setembro de 2017. O rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1) cifrou-se em 13,9%, o que configura um incremento de 0,4 p.p. face ao trimestre anterior. A evolução destes rácios reflete, exclusivamente, o aumento da posição de capital.

